

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.587, DE 2011

Altera o inciso I do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Autor: Deputado Zé Silva

Relator: Deputado Wandenkolk Gonçalves

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.587, de 2011, visa ampliar o limite de área para fins de classificação como agricultor familiar, de 4 (quatro) para 6 (seis) módulos fiscais. Para tanto, a proposição altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que “*Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*”.

Em sua justificação o autor argumenta que a limitação a 4 (quatro) módulos fiscais exclui um contingente importante de pequenos agricultores das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, entre as quais o acesso às condições diferenciadas de financiamento agrícola.

A proposição foi distribuída para apreciação às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania, está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e tramita em regime ordinário.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

Este, o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição que ora analisamos torna beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que “Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”, os agricultores que possuam áreas entre 4 (quatro) e 6 (seis) módulos fiscais e se enquadrem nos demais requisitos previstos na referida Lei, quais sejam:

- utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família; ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento, e que a direção do empreendimento fique a cargo da família.

Acreditamos que a ampliação do limite de área de 4 (quatro) para 6 (seis) módulos fiscais por si só não é capaz de desfigurar o propósito da Lei. Desde que mantidos os demais requisitos não há que se falar em mudança de foco ou em desvirtuamento da proposta, posto que trata de beneficiar pequenos produtores que cumpram todos os demais requisitos, diga-se de passagem muito mais significativos, para se enquadrarem como agricultores familiares.

Segundo dados enviados pelo IBGE, baseados no Censo Agropecuário de 2006, na faixa entre 4 (quatro) e 6 (seis) módulos fiscais, apenas 123 estabelecimentos enquadravam-se como de agricultores familiares. Nesta mesma faixa de área, outros 100 mil não seriam de agricultura familiar. Tais dados corroboram com nossa argumentação de que a área do imóvel não é fator preponderante, e de que essa ampliação não afetará significativamente os gastos atualmente previstos com a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Também importante lembrar que os municípios de maiores módulos fiscais, aproximadamente 100 ha, estão, em grande maioria, localizados na Amazônia Legal, o que importa em preservar 80% da área em cumprimento à legislação ambiental, mais especificamente ao Código Florestal, Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Ou seja, apenas 20% da área é, de fato, passível de ser utilizada, o que significa dizer que, considerando a

ampliação prevista, as propriedades de 6 (seis) módulos teriam somente 120 hectares a serem explorados.

Dito isto, defendemos que esses agricultores sejam incluídos como beneficiários das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, entre as quais o acesso às condições diferenciadas de financiamento agrícola.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº1.587, de 2011, e conclamamos os nobres pares a idêntico posicionamento.

Sala da Comissão, em 23 de abril de 2012.

Wandenkolk Gonçalves
Deputado Federal – PSDB/PA